

**ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS (NAPNE) EM
ADAPTAÇÕES CURRICULARES PARA A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL**

**WORK OF THE CENTER OF ASSISTANCE TO PEOPLE WITH SPECIFIC
EDUCATIONAL NEEDS IN CURRICULAR ADAPTATION FOR INCLUSION
IN PROFESSIONAL EDUCATION**

Augusto Barbosa Silva¹
Monnike Yasmin Rodrigues do Vale²
Jussara Santos Pimenta³

“O valor de qualquer currículo, de toda a proposta de mudança para a prática educativa, é aferido na realidade em que se aplique, em como se concretize em situações reais. O currículo em ação é a última expressão de seu valor.”

Gimeno Sacristán (1991, p. 220).

Resumo: A educação se destaca dentre as várias áreas abrangidas pelas políticas públicas e sociais, uma vez que é vista como base para a transformação de qualquer realidade. Os Institutos Federais de Educação, por meio da Educação Profissionalizante, auxiliam nesta transformação de realidade pelo fato de propiciar uma profissão ao concluinte do Ensino Médio, ainda mais àqueles que mais precisam. Entretanto, para que haja equidade, a inclusão de pessoas mais vulneráveis ou com necessidades específicas deve ocorrer neste processo. O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) é um núcleo de apoio a estes alunos, que objetiva promover e garantir a inclusão em todo processo de ensino e aprendizagem do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), por meio da mobilização de servidores da instituição, alunos estudantes e da própria comunidade. Diante disso, o presente artigo se propõe a esclarecer as funções e ações desse núcleo, por meio da análise do número de acompanhamentos realizados somado a um relato de caso, em que são destacadas as dificuldades de adaptação curricular necessárias às necessidades dos alunos com deficiência. Conclui-se

¹ Mestrando em Educação Escolar pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional da Universidade Federal de Rondônia (PPGEEProf./UNIR). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO *Campus* Porto Velho - RO. Integra o Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação (GAEPPE) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3148-6958>, E-mail: augusto.silva@ifro.edu.br

² Mestranda em Educação Escolar pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional da Universidade Federal de Rondônia (PPGEEProf./UNIR). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO *Campus* Porto Velho - RO. Integra o Grupo de Estudos Interdisciplinares em Educação, História e Memória da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0859-593X>, E-mail: monnikeyasmin06@gmail.br

³ Doutora em Educação (UERJ-UL), docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Escola, Mestrado e Doutorado Profissional da Universidade Federal de Rondônia (PPGEEProf./UNIR). Líder do Grupo o Grupo de Estudos Interdisciplinares em Educação, História e Memória da Universidade Federal de Rondônia (MNEMOS). Docente do Departamento de Ciências da Educação Universidade Federal de Rondônia. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5283-2509>. E-mail: jussara.pimenta@unir.br

que é necessária uma capacitação de professores e membros do NAPNE devido às dificuldades nas adaptações curriculares.

Palavras-chave: Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. Adaptação Curricular. Educação Profissionalizante. Institutos Federais.

Abstract: Education is highlighted among the various areas covered by public and social policies, since it is seen as the basis for the transformation of any reality. Federal Institutes of Education, through vocational education, assist in this transformation of reality, by providing a profession for high school graduates, even more to those who need it the most. However, for equity to exist, the inclusion of more vulnerable people or people with specific needs must occur in this process. The Center of Assistance to People with Specific Educational Needs (NAPNE) is a support center for those students, that aims to promote and ensure their inclusion in the entire teaching and learning process in the Federal Institute of Rondônia (IFRO), through the mobilization of employees of the institution, students and the community itself. Therefore, this article aims to clarify the functions and actions of NAPNE, by analyzing the number of follow-ups carried out in addition to a case report, in which is highlighted the difficulties found in the necessary curricular adaptations to the needs of students with disabilities. It is concluded that it is necessary to train teachers and NAPNE members due to the difficulties in curricular adaptations.

Keywords: Center for Assistance to People with Specific Educational Needs. Curricular Adaptation. Vocational Education. Federal Institutes.

Introdução

A inclusão, especificamente no ambiente escolar, vem ganhando cada vez mais espaço em discussões e ações, em que se pleiteia dar condições de acesso e permanência a todos, independentes de suas necessidades específicas. É por meio da inclusão que pode ser alcançada uma sociedade mais igualitária, que leva em consideração as adversidades humanas. A exclusão tornou-se uma espécie de epidemia do início deste século, terrível como a peste, excessivamente contagiosa e de cura praticamente improvável, vista como uma "epidemia social" que se alastra rapidamente, e tem sido tratada como uma das ameaças mais sérias ao desenvolvimento das sociedades (RODRIGUES, 2006). De acordo com Toledo (2008), nas condições históricas em que se encontra a sociedade brasileira, marcada pelos graves casos de exclusão, o termo inclusão social tem relação direta com a qualidade de vida que deveria ser garantida a todos os brasileiros.

Oliveira e Padilha (2013) explicam que a inclusão tem muitas faces e pode ser abordada de diferentes pontos de vista uma vez que o movimento em prol da inclusão social direciona a aplicação de mecanismos tais que modifiquem comportamentos de relação social entre segmentos distintos da sociedade. As autoras ainda afirmam que, na

área educacional, a inclusão tem se manifestado a movimentos instituídos no âmbito da organização escolar e também das práticas educativas, objetivando possibilitar a implantação e a permanência de grupos historicamente excluídos do espaço escolar, seja por aspectos sociais econômicos e culturais, seja por peculiaridades no desenvolvimento (OLIVEIRA; PADILHA, 2013).

Um dos objetivos dos Institutos Federais de Educação, além de ofertar ensino público e de qualidade, é o de alçar a equiparação de condições de acesso e permanência entre os alunos e, conseqüentemente, promover a inclusão. Para que a educação alcance a todos, deve-se prever um planejamento do currículo, que deve considerar toda a adversidade humana e que, segundo Marin e Braun (2020), deve ser viabilizado a todos os envolvidos, e que para isso deve-se arquitetar espaços e recursos apropriados:

Mas quem são os envolvidos? São professores, gestores escolares, técnicos da educação, e, prioritariamente, estudantes, para os quais o currículo é desenhado, por isso não há como desconsiderar a grande variação de percurso que eles apresentam, em razão das diferenças inerentemente humanas. (MARIN; BRAUN, 2020, p. 4)

O currículo, quando não considera as diferenças inerentemente humanas, é passível de adaptações que concorrem para suprir as lacunas deixadas. Neste caso, para que isso seja feito, e para que as barreiras da exclusão sejam vencidas, os Institutos Federais, que ofertam Educação Profissional de qualidade, contam com o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que será o foco de análise de sua atuação quanto às dificuldades de adaptações curriculares no âmbito do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Calama.

Educação Profissional

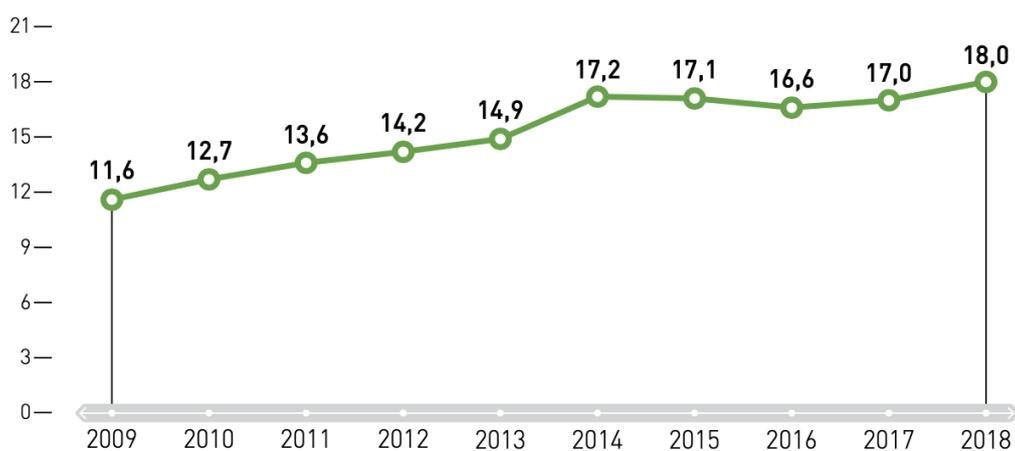
A Educação Profissional Técnica de Nível Médio propicia, além daquela tradicional, a inserção no mundo do trabalho, para que a cidadania seja exercida e que, assim, sejam possibilitados instrumentos para uma possível transformação social. Segundo Wermelinger (2007, p. 217), a formação profissional de nível médio tem sido tratada de três formas básicas:

Primeiro, como um sistema que se caracteriza por abrigar dois processos de formação independentes, não equivalentes: um que prepara o indivíduo para prosseguir os estudos em nível mais elevado e, outro, que prepara para ingressar no mundo do trabalho ao término do curso realizado, ou seja, possui caráter de terminalidade; segundo, como um sistema que oferece uma grande variedade de cursos, sendo

que todos eles permitem avançar a um nível mais elevado de ensino; terceiro, como um sistema que propõe uma educação geral com ênfase na ciência e na tecnologia e uma educação profissional complementar.

Tendo em vista as diferentes oportunidades que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio pode proporcionar, há cada vez mais ampliação, ao longo dos anos, no número de matrículas neste nível quando comparadas às matrículas do Ensino Médio, segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2019), demonstrado pela Figura 1.

Figura 1 – Matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio em relação ao total de matrículas do Ensino Médio – 2009 a 2019 – em %.



Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica (2019).

Além do expressivo aumento no número de matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, destaca-se o fato de que, segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2019), somente em 2018 esta modalidade de ensino totalizou 1.868.917 (um milhão, oitocentos e sessenta e oito mil e novecentos e dezessete) vagas em todo Brasil, sendo quase 60% desse total de matrículas realizadas na rede pública de ensino, consequentemente sendo sua formação ofertada de forma gratuita. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 prevê que as ofertas para este tipo de educação seja o triplo deste número em matrículas, com pelo menos 50% de expansão no segmento público.

Educação Profissional nos Institutos Federais de Educação

A Lei 11.892/2008 originou os Institutos Federais (IF's) que estão ancorados no tripé ensino, pesquisa e extensão, com foco no desenvolvimento regional local. De acordo com a referida Lei, os Institutos Federais são instituições de ensino, pluricurriculares e multicampi, destinadas a oferecer Educação Profissional e Tecnológica em todas as

modalidades e níveis da Educação Nacional, por meio da oferta de cursos técnicos, licenciaturas, bacharelados e cursos de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu* (BRASIL, 2008).

Dentre os diferentes cursos ofertados pelos IF's, destacam-se os cursos técnicos, uma vez que há obrigatoriedade destas instituições, por meio da Lei de sua criação, de garantir o teor mínimo de 50% do total das vagas ofertadas para os cursos técnicos de nível médio, preferencialmente na forma integrada, enquanto o restante das vagas pode ser ofertado nos outros distintos níveis.

O foco da análise desse trabalho incide sobre o Instituto Federal de Rondônia (IFRO), por meio da atuação do NAPNE no *Campus* Porto Velho Calama, sendo considerados os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. De acordo com o Portal *Online* do IFRO, a instituição é “especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica, atuando também na Educação Básica e Superior, na pesquisa e no desenvolvimento de produtos e serviços em estreita articulação com a sociedade”.

Inclusão escolar no IFRO

A política de inclusão encontra-se inserida no âmbito da própria Constituição Federal de 1988, que objetiva, entre outros, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1998, Art. 3º, Inciso IV). Mais especificamente no campo educacional, ela garante a educação como um direito de todos, de forma que se garanta “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1998, Art. 206, Inciso I).

Para que se garanta igualdade de condições de acesso e permanência na escola àqueles alunos que apresentam necessidades específicas, recorre-se à Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que assegura aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”, além de “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p. 23).

A inclusão, segundo Mantoan (2003), exige uma mudança de perspectiva educacional porque atinge a todos os alunos e não somente aqueles com deficiência e dificuldades de aprendizagem. Dessa maneira, é importante diferenciar integração e

inclusão escolar, sendo a primeira “entendida como o ‘especial na educação’, ou seja, a justaposição do ensino especial ao regular”, cujo objetivo é a inserção de um aluno, ou um grupo deles, que foi/foram anteriormente excluído(s). Quanto à inclusão, o objetivo é que, desde o começo da vida escolar, não se aceite que ninguém seja excluído do ensino regular e que as escolas atendam “às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender e para avaliar” (MANTOAN, 2003).

Marin e Braun (2020) chamam a atenção à importância da ciência de que há demandas específicas a estudantes com deficiência e que isso exige considerar estratégias diferenciadas num planejamento curricular.

Se outrora a escolarização desses ocorria por via da escola especial, com estruturas, tempos e espaços diferentes do praticado nas escolas comuns, nos dias atuais, a perspectiva de inclusão escolar e a presença desses estudantes, e de tantos outros, antes fora da escola comum, revelam fragilidades que questionam um currículo que não envolve a todos. (MARIN E BRAUN, 2020, p. 4).

Um currículo que envolve a todos deve prever, no sentido de igualar as condições de ensino e aprendizado, adaptações às metodologias, materiais, avaliações e entre muitos outros aspectos relacionados à sala de aula. Para essa incumbência, o IFRO recorre ao auxílio do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que, dentre tantas ações, tenta equiparar ao máximo as condições de aprendizagem entre os alunos.

O Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE

O Núcleo de atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é o um órgão de assessoramento, um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas voltadas às pessoas com necessidades específicas do IFRO. Ele é formado por um grupo de profissionais pertencentes ao quadro de servidores da instituição, que tem como objetivo acompanhar, auxiliar e orientar os discentes que ingressam com alguma necessidade específica, contando com o apoio dos professores, das Coordenações de Curso e da Direção de Ensino de cada *Campi*.

De acordo com a Resolução nº 30/CONSUP/IFRO⁴, de 03 de outubro de 2011, o NAPNE requer certas especificidades para atender os alunos com necessidades

⁴ Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

educacionais, como adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, adaptações das metodologias de ensino, dos recursos didáticos e do processo de avaliação para o desenvolvimento dos alunos, auxílio na produção de equipamentos e materiais específicos, além de estímulo à participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade (CONSUP/IFRO, 2011).

O NAPNE responde pelas ações do Programa TEC NEP (Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Especiais na Rede Federal de Educação Tecnológica) e outras ações relacionadas ao atendimento dos diferentes grupos de pessoas excluídas e marginalizadas. De acordo com a Resolução nº 30/CONSUP/IFRO, são consideradas excluídas e marginalizadas, pessoas em situação de desfavorecimento social devido à cor, etnia, orientação sexual, gênero, credo, condição econômica, necessidades especiais, alunos com altas habilidades, pessoas encarceradas, apenadas e adolescentes em conflito com a lei. Desta maneira, o NAPNE atua como um núcleo que formaliza a inclusão dos que mais necessitam ao ensino regular da instituição.

Atendimentos do NAPNE no IFRO campus Porto Velha Calama

Na perspectiva de fomentar os atendimentos oferecidos, o NAPNE desenvolve atividades para todos os alunos contemplados na Resolução nº 30/CONSUP/IFRO, de 03 de outubro de 2011, além de projetos voltados ao atendimento dos estudantes com necessidades educacionais específicas, promovendo a inclusão, por meio do envolvimento de servidores, estudantes, pais e comunidade externa, garantindo assim a permanência dos alunos na escola (CONSUP/IFRO, 2011).

O NAPNE é responsável pelo acompanhamento dos alunos cujos quadros se enquadram na Resolução nº 30/CONSUP/IFRO de 03 de outubro de 2011, independentemente do nível a que se situa, sendo atendidos tanto alunos do Ensino Médio quanto da Graduação (CONSUP/IFRO, 2011). No entanto, para esta análise, considerar-se-ão os acompanhamentos realizados apenas para os estudantes de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, uma vez que o objetivo é analisar a atuação do NAPNE na Educação Profissional. Cabe ressaltar que, para isso, a análise será feita com base no quantitativo de atendimentos realizados nos últimos três anos pelo Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Calama, quantificados pelas Tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1 - Quantitativo de alunos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio atendidos pelo NAPNE no Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Calama, em 2018.

Curso técnico integrado	Quantitativo de alunos
Edificações	4
Eletrotécnica	1
Informática	2
Química	1
Total	8

Fonte: Produção dos autores, 2020.

Tabela 2 - Quantitativo de alunos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio atendidos pelo NAPNE no Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Calama, em 2019.

Curso técnico	Quantitativo de alunos
Edificações	5
Eletrotécnica	5
Informática	8
Química	3
Total	16

Fonte: Produção dos autores, 2020.

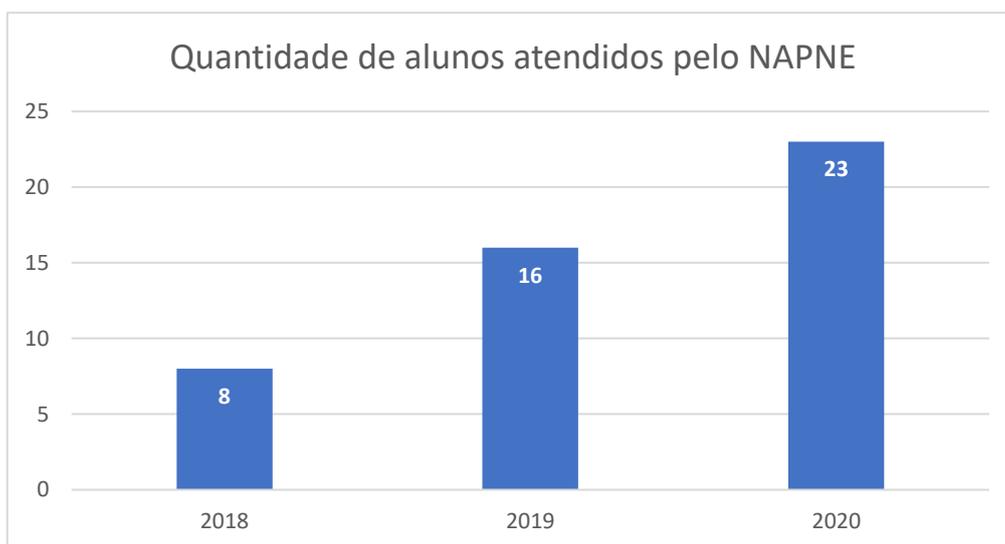
Tabela 3 - Quantitativo de alunos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio atendidos pelo NAPNE no Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Calama, em 2020.

Curso técnico	Quantitativo de alunos
Edificações	5
Eletrotécnica	4
Informática	11
Química	3
Total	23

Fonte: Produção dos autores, 2020.

A partir dos dados apresentados, é possível notar que o número de alunos atendidos pelo NAPNE é muito baixo em relação ao número de ingressantes nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IFRO *Campus* Porto Velho Calama, que totalizam 320 estudantes/ano nesta modalidade de ensino. Dessa maneira, em 2018, 2019 e 2020, respectivamente, 2,5%, 5% e 7,2%, foi o percentual de requerimentos para atendimento em relação ao número total de ingressantes. Apesar do baixo percentual de atendimentos em relação ao número de ingressantes, é interessante notar a significativa escalada no número de atendimentos requeridos e realizados no período analisado, dispostos e comparados por meio do Gráfico 1, evidenciando o esforço da instituição no atendimento daqueles que requerem necessidades específicas.

Gráfico 1-Quantitativo de alunos atendidos pelo NAPNE do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Calama nos anos de 2018, 2019 e 2020.



Fonte: Produção dos autores, 2020.

Este aumento no número de acompanhamento de alunos traz como consequência uma necessidade ainda maior de planejamento de ações por parte do NAPNE. Isso porque, conforme defendido por Marin e Braun (2020), para o ensino ser voltado a todos, deve-se conhecer a necessidade específica de cada um.

Quem é o estudante? Como ele aprende? O quê e como ensinar? É possível afirmar que o planejamento docente revela escolhas feitas com base em valores culturais e sociais, contextualizadas num tempo histórico. Atualmente pensar em um currículo para diversidade, realidade inerente às salas de aula das escolas públicas, é propor um ensino para todos e para cada um. (MARIN e BRAUN, 2020, p. 3).

Posta a necessidade específica de cada aluno, cabe um planejamento de ações de forma individualizada, que possam suprir as necessidades de cada aluno. O NAPNE, responsável por essa ação, tem diante desse aumento no número de acompanhamentos, um complexo desafio no sentido de adaptação nos currículos dos diferentes cursos.

Desafios na Adaptação Curricular

A Resolução nº 30/CONSUP/IFRO, de 03 de outubro de 2011, regulamenta as condições básicas, composição, finalidade, atribuições e as especificidades do NAPNE, tendo, dentre suas atribuições: conceber propostas e projetos, propor adaptações que garantam o acesso e a permanência dos alunos com Necessidades Educacionais Específicas no *Campus*, projetar cursos de capacitação, desenvolver instrumentos de avaliação que sejam abrangentes e criteriosos, por meio dos quais seja possível identificar claramente as habilidades e competências desenvolvidas pelos alunos e planejar e elaborar o material didático pedagógico a ser utilizado em consonância com as necessidades específicas de cada grupo de alunos (CONSUP/IFRO, 2011).

Tais atribuições, podem ser entendidas como adaptações do currículo, que, conforme defendido por Marin e Braun (2020), é como o caminho que se trilha, é a forma com que os conteúdos são previamente selecionados a serem ensinados e aprendidos, é o atendimento às necessidades e aos interesses coletivos a serviço de docentes e estudantes para a efetivação de aprendizagens significativas.

Para a efetivação destas adaptações, o NAPNE do IFRO *Campus* Porto Velho Calama é composto por profissionais com formações diferenciadas, sendo que parte dos integrantes do núcleo não possui formação específica em Educação Especial, assim como os demais professores do IFRO. Desta maneira, essa ausência de capacitação específica acaba por gerar dificuldades, ou até mesmo deficiências nos acompanhamentos. Outra problemática consiste no número reduzido de membros do NAPNE, que obriga, muitas vezes, o acompanhamento de mais de um caso para o mesmo membro. O quantitativo elevado de acompanhamentos (em relação aos membros integrantes do NAPNE) e a falta de capacitação, compromete a qualidade do ensino dos alunos com necessidades específicas. Isso é evidenciado por Ullrich e Vasques (2017), que explicitam a hipótese de que o surgimento de alguma situação a qual o professor não esteja preparado, ou alguma diferente dos parâmetros e dos referenciais curriculares, pode gerar insegurança desse professor, principalmente quando é necessária uma alteração no planejamento desenvolvido para toda a turma.

Tais dificuldades não são inerentes apenas àqueles membros do NAPNE que acompanham os alunos, pois, apesar do papel deles de orientar e adaptar materiais e metodologias, quem efetivamente o fará em sala de aula é o professor da disciplina. Muitos desses professores não detêm capacitação específica para os casos que surgem e, assim, também têm dificuldades nas adaptações curriculares requeridas. Marin e Braun (2020) também reconhecem que para determinados professores é desafiador entender as necessidades, limites e possibilidades dos estudantes e que é importante uma maior interação com práticas pedagógicas que favoreçam essas questões.

Para retratar as dificuldades encontradas pelos membros do NAPNE e também pelos professores em sala de aula quanto às adaptações destinadas aos alunos com necessidades específicas, recorreremos a um rápido relato de caso de acompanhamento feito pelos autores desse estudo que também são membros do NAPNE. Tal acompanhamento ocorreu no ano de 2019, com um aluno do Curso Técnico em Edificações, que não será identificado, portador de dislexia e *déficit* nos processos atencionais, conforme laudo entregue ao NAPNE.

O primeiro passo no acompanhamento do aluno, por parte do NAPNE, é ter ciência da condição do aluno e estudar formas de transpor as barreiras impostas pela necessidade específica apresentada. A partir disso, o membro do NAPNE que acompanha o aluno deve preencher um “Plano Individual de Atendimento do Estudante”, onde são apresentadas as necessidades específicas do aluno, o acompanhamento das atividades desenvolvidas com ele e a especificação do atendimento solicitado, como por exemplo adaptações curriculares, professor de apoio, material pedagógico diferenciado, entre outros. Este plano é desenvolvido e acompanhado junto aos professores de cada disciplina de forma separada, já que o aluno pode ter maior ou menor grau de dificuldade de acordo com a disciplina.

No caso analisado, o aluno foi acompanhado pelos autores deste artigo tanto via NAPNE quanto às aplicações de ações em sala de aula, já que os mesmos ministraram a disciplina de forma conjunta. Nesta disciplina, que tinha caráter mais teórico que prático, o aluno apresentava dificuldades de interpretar textos longos, dificuldades em lembrar das atividades a se fazer, além de dificuldades em se concentrar durante as aulas.

No plano individual deste aluno, foi requerido, após análise do NAPNE, a necessidade de adaptação curricular em conjunto com um professor de apoio. Contudo, a falta deste professor de apoio foi suprida com atendimentos extraclasse. No sentido de

adaptação do currículo a este aluno, algumas medidas foram implementadas, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Adaptações curriculares por meio de medidas implementadas pelo NAPNE.

Medidas implementadas
Criação de agenda eletrônica para acompanhamento, junto aos pais, das atividades.
Dilação de tempo para as atividades propostas.
Redução de textos longos, de forma a deixá-los mais objetivos.
Priorização de atividades que requeiram apresentação oral.
Repetição de atividades, quando necessário, fora do horário de aula.
Disponibilização de material de apoio complementar, simplificado.

Fonte: Produção dos autores, 2020.

Neste caso em que a disciplina tinha mais cunho teórico, o aluno se desenvolveu bem, principalmente quando solicitado em apresentações orais, além de se desenvolver melhor quando as atividades se mostravam mais objetivas. Dessa maneira, com as adaptações feitas, foi possível perceber melhoria no rendimento do aluno na disciplina em questão, sendo um processo realizado em conjunto com os pais do aluno. Contudo, cabe destacar que, em outras disciplinas menos teóricas, mesmo com adaptações, o aluno não se desenvolveu tão bem.

Houve relatos de professores de duas outras disciplinas, com componentes práticos, de que o aluno não conseguia progredir, mesmo com as adaptações realizadas, e que os referidos professores também estavam com dificuldades em adaptar materiais e métodos àquela necessidade requerida. Neste caso, esses professores adotaram medidas como: atendimento extraclasse semanal obrigatório ao aluno, simplificação e sintetização de conteúdo a cada final de aula, repetição das avaliações realizadas, além de outras medidas presentes no Quadro 1. Diante disso, foi observado que, em certas disciplinas, havia dificuldade tanto para o professor quanto para a adaptação curricular, cuja capacitação em necessidades específicas era ausente a estes profissionais, quanto para o aluno em lidar com as adaptações realizadas.

Considerações Finais

Após realizar uma análise do quantitativo de alunos atendidos pelo NAPNE do IFRO *Campus Calama* no triênio 2018-2020, apresentado por meio do Gráfico 1, nota-se que, neste período, a escalada de atendimentos requeridos foi na ordem de 287,50%, o que representa quase o triplo do número de atendimentos feitos no período inicial analisado, evidenciando o desafio que o NAPNE tem quanto ao desenvolvimento de ações inclusivas. Este aumento de acompanhamentos a estudantes com necessidades específicas acaba evidenciando a dificuldade que diferentes docentes têm em adaptar conteúdos e metodologias a casos específicos. Como relatado por Marin e Braun (2020), o quantitativo elevado de alunos por turma faz com que os professores não consigam se aprofundar nos casos de alunos que exigem atenção específica, pois a diferenciação pedagógica não é uma ação improvisada, ao contrário, requer planejamento, avaliação das situações de aprendizagem dos estudantes e preparação de material didático específico.

Somado às dificuldades apresentadas pelos professores em realizar adaptações curriculares, há o crescente aumento nos números de atendimentos, em detrimento de uma equipe do NAPNE composta por um número baixo de servidores que, por vezes, precisam acompanhar mais de um aluno. Tais fatores culminam num desafio cada vez maior que o Núcleo se propõe a superar em prol do aluno com necessidades específicas. Assim, para que os acompanhamentos atinjam seus objetivos e para que as ações dos professores sejam mais assertivas, é necessário que estes profissionais sejam devidamente capacitados quanto às ações que devem ser despendidas a estudantes com necessidades escolares específicas, em específico as adaptações curriculares.

Tais atendimentos devem ser avaliados constantemente pelo NAPNE, de forma a ouvir relatos dos alunos atendidos, sugestões de professores e familiares, estudos e leituras de aprofundamento, para que o quantitativo de atendimentos, que só cresce nos últimos anos, seja de qualidade. Além destas medidas, cabe destacar que a divulgação do Núcleo é essencial para que a comunidade possa conhecer e eliminar qualquer tipo de resistência a este tipo de apoio, tão benéfico àqueles que detêm necessidades específicas e que precisam estar incluídos no ensino regular.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 abr. 2020.
- _____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- _____. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e Dá Outras Providências**. Brasília, DF, 29 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 17 mar. 2020.
- CONSUP/IFRO. Aprova o Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Resolução n. 30, de 03 de outubro de 2011**. Portal do IFRO, Porto Velho, set. 2011. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/images/Campi/Colorado_do_Oeste/Documentos/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n._30_-_Regulamento_NAPNE.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2019.
- GIMENO SACRISTÁN, J. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Madri: Morata, 1991.
- ULLRICH, W; VASQUES, C. K. V. O outro na educação especial: uma abordagem pela lente do reconhecimento. **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 2, p. 290-314, maio/ago. 2017.
- OLIVEIRA, I. M. de; PADILHA, A. M. L.. **Educação para todos: As muitas faces da inclusão escolar**. Campinas: Papirus, 2013.
- MANTOAN, M. T. E.. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MARIN, M.; BRAUN, P.. Currículo e diferenciação pedagógica - uma prática de exclusão? **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, n. 020010, p. 1-27, 1 jan. 2020. Universidade Federal do Oeste do Para. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.24065/2237-9460.2020v10n0id1154>>. Acesso em: 19 mar. 2020.
- Portal IFRO. **Sobre o IFRO**. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/sobre-o-ifro>. Acesso em 20 dez. de 2019.
- RODRIGUES, D.. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019**. São Paulo Editora Moderna, 2019. Disponível em:

<<https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/302.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

TOLEDO, M. C. M. de. Universidade e inclusão Social: Experiência recente da Universidade de São Paulo com a criação da EACH e a implantação do INCLUSP. In: Maria do Carmo de Lacerda Peixoto, Antônia Vitória Soares Aranha. (Org.). **Universidade pública e inclusão social: experiência e imaginação**. 1ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 44-66.

WERMELINGER, M.; MACHADO, M. H.; AMANCIO FILHO, A.. Políticas de educação profissional: referências e perspectivas. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v.15, n. 55, p. 207-222, Jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362007000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 abr. 2020.